CLIPPING INTERNET

17/02/2022 ATÉ 17/02/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 DECISÕES
1.1 BLOG ALDIR DANTAS..... 1
1.2 BLOG GILBERTO LEDA..... 2
2 DESEMBARGADOR
2.1 BLOG JOHN CUTRIM..... 3
2.2 SITE MARANHÃO HOJE..... 4

CNBB do Maranhão se manifesta contra o TJMA pelo despejo de famílias da Comunidade Bom Acerto, em Balsas

O Regional Nordeste V da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, a Comissão Episcopal Pastoral da Ação Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Articulação das Pastorais Sociais-REPAM do Regional NE5 e a diocese de Balsas, nas pessoas de seus bispos responsáveis, emitiram carta na última sexta-feira, 11 de fevereiro, endereçadas à Corte Judicial Maranhense devido à decisão do pleno que resultará em despejo de famílias na Comunidade Bom Acerto, em Balsas (MA).

(CNBB Nordeste 5)

As entidades acima reuniram-se e de forma respeitosa endereçam os documentos à presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão para expressar a sua preocupação com a recente decisão prolatada no recurso de Agravo de Instrumento Nº 0800332-12.2022.8.10.0000. Essa decisão, resultará no despejo de oito famílias (cerca de 40 pessoas) de trabalhadores rurais da Comunidade Bom Acerto, na cidade de Balsas. Fato similar aconteceu em agosto de 2020, mas a decisão foi posteriormente anulada, porém até hoje as famílias sofrem as consequências de um dos despejos mais violentos da história recente do Maranhão.

Dom José Valdeci dos Santos Mendes, bispo de Brejo (MA) e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB, fez um clamor de justiça diante de série de execuções, ameaças e perseguições que têm marcado a vida da comunidade quilombola de Cedro e Flexeira, na Baixada Maranhense (MA), nos últimos dois anos.

Veja na íntegra a carta endereçada ao presidente do TJMA:

Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Lourival Serejo

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

O Regional Nordeste V da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, a Comissão Episcopal Pastoral da Ação Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Articulação das Pastorais Sociais-REPAM do Regional NE5 da CNBB e a Diocese de Balsas, nas pessoas de seus bispos responsáveis, através desta carta, vêm, respeitosamente, expressar preocupação com a recente decisão prolatada no recurso de Agravo de Instrumento Nº 0800332-12.2022.8.10.0000, tendo em vista que resultará em despejo de 8 famílias (cerca de 40 pessoas) de trabalhadores rurais da Comunidade Bom Acerto, em Balsas.

Este grupo de pessoas é formado sobretudo por pessoas idosas, que nasceram e se criaram nesta comunidade

tradicional, distante cerca de 45 km da sede municipal e que dependem exclusivamente do plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e da criação de pequenos animais para sobreviver. Preocupa-nos o fato de tal decisão ocorrer no período de aumento do número de contaminação da Covid-19 em todo o Maranhão e que somente em Balsas, nos últimos dias, pelo menos 10 pessoas morreram em razão desta gravíssima doença.

Ademais, rememoramos que este mesmo grupo de pessoas, em agosto de 2020, foi despejado por uma ordem judicial, posteriormente anulada. Tal despejo foi um dos mais graves e violentos da história recente do Maranhão e que resultou na destruição de todas as casas e roças dos moradores. Atualmente, estes homens, mulheres, crianças e idosos vivem precariamente e dependem de doações porque não conseguiram reconstruir suas vidas.

Portanto, no?s pastores deste povo estamos convictos de que somente uma decisão judicial que garanta a permanência destas famílias na Comunidade Bom Acerto refletirá a Sagrada Justiça, conforme os ditames estabelecidos em nossa Constituição Federal, em especial a dignidade da pessoa humana e evitará sofrimentos irreparáveis de pessoas que vivem em situação de extrema vulnerabilidade.

São Luís (MA), 11 de fevereiro de 2022

Atenciosamente,

Dom Sebastião Bandeira Coelho

Presidente

Dom Francisco Lima Soares

Bispo da Diocese de Carolina -MA

Bispo Referencial da Comissão Pastoral da Terra –CNBB-MA

Dom Valentim Fagundes de Meneses

Bispo da Diocese de Balsas -MA

Bispo Referencial para Animação Missionaria CNBB-MA

Dom José Valdeci Santos Mendes

Bispo da Diocese de Brejo -MA

Presidente da Comissão Episcopal Pastoral da Ação Transformadora da CNBB

Fonte: CPT NACIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
17/02/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
POSITIVA
TJ decreta ilegalidade da greve de professores em Santa Inês

TJ decreta ilegalidade da greve de professores em Santa Inês

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu pela ilegalidade da greve dos professores da rede pública municipal de ensino de Santa Inês. A decisão foi do desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho, que ainda estabeleceu uma multa diária de R$ 3 mil, caso seja descumprida a sua decisão (Veja aqui).

O problema é que alguns sindicatos estão exigindo que as prefeituras e estados concedam o reajuste de 33,24% no salários dos professores, como concedeu o Governo Federal. No entanto, como este Blog já explicou, a obrigatoriedade dos gestores públicos municipais e estaduais é o pagamento do piso salarial, que passou a ser de R$ 3.840,00.

No caso específico de Santa Inês, que tem atualmente Felipe dos Pneus como prefeito, a prefeitura em 2021, quando o piso era de R$ 2.800,00, já pagava aos professores R$ 3.730,00. Ou seja, a obrigatoriedade da atual gestão é de conceder um reajuste que alcance o novo piso, mas não o de reajustar o vencimento em 33,24%.

A Prefeitura de Santa Inês chegou a fazer uma consulta junto ao presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Marcelo Lopes da Ponte, sobre o assunto.

Como resposta, a Prefeitura de Santa Inês obteve que para cumprir o piso salarial nacional dos professores precisa conceder um reajuste que alcance o novo valor já estabelecido pelo Governo Federal.

“Dessa maneira, em uma simples análise, como o município de Santa Inês/MA, consoante informado no Ofício nº 430/2022/GABPRESI, estabelece como vencimento básico o valor de R$ 3.730,08, no caso, estaria obrigado, conforme legislação nacional, a aportar a diferença que falta para atingir o valor do novo piso, que é R$ 3.845,63”, respondeu o FNDE.

Ou seja: além da greve dos professores de Santa Inês ser ilegal, conforme decisão judicial, a cobrança é injusta e equivocada. Desta forma, se a greve não tiver cunho político, como alguns especulam, os professores irão repensar e voltar imediatamente para a sala de aula, evitando não prejudicar ainda mais o aprendizado das crianças, bastante afetado durante a pandemia de Covid-19

Desembargador José Luiz Almeida é eleito membro titular do TRE

Por: John Cutrim
Data de publicação: 16/02/2022 - 22:29

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (16), a votação para membro titular do TRE-MA, na categoria “desembargador”. Como resultado da votação, o desembargador José Luiz Almeida foi eleito com 24 votos.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do biênio do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no cargo de membro titular da Corte Eleitoral, no dia 19 de maio de 2022.

A vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, falou de sua satisfação com a eleição do desembargador José Luiz, justamente no momento que está integrando a Corte Eleitoral Maranhense. “Por essa razão parabenizo o eleito desembargador José Luiz e, nesta oportunidade, digo que a vossa escolha para integrar a Corte Eleitoral maranhense despertou em mim sentimentos de alegria, de tranquilidade, de justiça e de confiabilidade em prestar serviços universais a todos os eleitores, candidatos e partidos políticos, independentemente de cor, de raça, de etnia, de gênero ou de posição social’, pontuou.

A desembargadora Angela Salazar ressaltou que o desembargador José Luiz Almeida construiu e vem construindo uma história ao longo dos anos, foi e é de compromisso na defesa dos valores éticos e princípios constitucionais regentes da administração pública, especialmente a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência e a transparência, pautando-se pelo atendimento do interesse público.

“É uma história de compromisso na defesa da democracia e do estado democrático de direito. Na qualidade de vice-presidente e corregedora eleitoral, seja muito bem-vindo ao Tribunal Regional Eleitoral e tenha certeza que Vossa Excelência terá o nosso integral apoio e faremos também, naquela Corte de Justiça especializada, uma gestão compartilhada, dialogada, a exemplo do que já ocorre na gestão do nosso presidente, desembargador Joaquim Figueiredo, isto porque não me impressiono com o poder, mas sim, em cultivar a integridade moral e a disposição de servir. Nesta hora minha eterna gratidão a Deus por ter nos aproximado, desembargador José Luiz, de uma forma tão única”, concluiu a desembargadora Angela Salazar.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Joaquim Figueiredo, ratificou as palavras da vice-presidente e corregedora do TRE-MA, Angela Salazar, e falou de sua satisfação de ser sucedido pelo desembargador José Luiz Almeida naquela Casa. “Precisamos de homens íntegros, com a seriedade que é peculiar a cada magistrado e magistrada. No caso de Vossa Excelência, meu amigo, colega de concurso e que tive a oportunidade de conviver em câmaras criminais, com seu estilo presencial no conhecimento, na decência, na integridade”, disse.

“Ao deixar aquela Egrégia Corte no dia 19 de maio, tenho certeza de que terei cumprido minha missão. Espero que, assim, Vossa Excelência como foi até hoje bem-sucedido nessa egrégia Corte, assim o seja naquela Corte Eleitoral e saiba que terá sempre o apoio integral desse seu humilde amigo. Seja bem-vindo àquela Corte”, concluiu o presidente do TRE-MA, desembargador Joaquim Figueiredo.

O desembargador José Luiz Almeida agradeceu a todos os desembargadores pela indicação de seu nome praticamente à unanimidade. Ele afirmou que recebe a função não como bônus, mas sim com o ônus e responsabilidade próprios da atividade, fazendo todo possível para não decepcionar e honrar a confiança. “Vossa Excelência terá em mim um companheiro de luta, vamos somar juntos e enfrentar uma eleição dificílima, estarei ao seu lado para dar todo apoio, com o compromisso de sempre trabalhar pela Justiça do Maranhão”, dirigiu-se à desembargadora Ângela Salazar.

“Agradeço pela oportunidade, que nunca imaginei nos meus maiores sonhos, a jornada não se encerra aqui, é como se estivesse começando, e todos terão no meu gabinete um ambiente de aconchego e solidariedade – ocupado momentaneamente por um homem que deixa o coração pulsar”, concluiu.

Desembargador José Luiz Almeida é eleito membro titular do Tribunal Regional Eleitoral

por Aquiles Emir -16 de fevereiro de 2022
Votação foi realizada em sessão plenária administrativa desta quarta
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (16), a votação para membro titular do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), na categoria "desembargador". Como resultado da votação, o desembargador José Luiz Almeida foi eleito com 24 votos.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do biênio do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria Desembargador, no dia 19 de maio de 2022, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, por meio do Ofício nº 5240/2021-TRE-MA/PR/GP.

A vice-presidente e corregedora do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Angela Salazar, falou de sua satisfação com a eleição do desembargador José Luiz, justamente no momento que está integrando a Corte Eleitoral Maranhense. "Por essa razão parabenizo o eleito desembargador José Luiz e, nesta oportunidade, digo que a vossa escolha para integrar a Corte Eleitoral maranhense despertou em mim sentimentos de alegria, de tranquilidade, de justiça e de confiabilidade em prestar serviços universais a todos os eleitores, candidatos e partidos políticos, independentemente de cor, de raça, de etnia, de gênero ou de posição social', pontuou.

A desembargadora Angela Salazar disse que a história que o desembargador José Luiz Almeida construiu e vem construindo, ao longo dos anos, foi e é de compromisso na defesa dos valores éticos e princípios constitucionais regentes da administração pública, especialmente a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a eficiência e a transparência, pautando-se pelo atendimento do interesse público.

"É uma história de compromisso na defesa da democracia e do estado democrático de direito. Na qualidade de vice-presidente e corregedora eleitoral, seja muito bem-vindo ao Tribunal Regional Eleitoral e tenha certeza que Vossa Excelência terá o nosso integral apoio e faremos também, naquela Corte de Justiça especializada, uma gestão compartilhada, dialogada, a exemplo do que já ocorre na gestão do nosso presidente, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, isto porque não me impressiono com o poder, mas sim, em cultivar a integridade moral e a disposição de servir. Nesta hora minha eterna gratidão a Deus por ter nos aproximado, desembargador José Luiz, de uma forma tão única", concluiu a desembargadora Angela Salazar.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, ratificou as palavras da vice-presidente e corregedora do TRE-MA, Angela Salazar, e falou de sua satisfação de ser sucedido pelo desembargador José Luiz Almeida naquela Casa. "Precisamos de homens íntegros, com a seriedade que é peculiar a cada magistrado e magistrada. No caso de Vossa Excelência, meu amigo, colega de concurso e que tive a oportunidade de conviver em câmaras criminais, com seu estilo presencial no conhecimento, na decência, na integridade", disse.

Disse, ainda, que no ano de um pleito com algumas dificuldades, uma vez que se trata de eleições gerais, há, sim, esse espírito do egrégio Tribunal de Justiça de levar àquela Corte de Justiça especializada homens exatamente com a envergadura do desembargador José Luiz Almeida. "Ao deixar aquela Egrégia Corte no dia

19 de maio, tenho certeza de que terei cumprido minha missão. Espero que, assim, Vossa Excelência como foi até hoje bem-sucedido nessa egrégia Corte, assim o seja naquela Corte Eleitoral e saiba que terá sempre o apoio integral desse seu humilde amigo. Seja bem-vindo àquela Corte", concluiu o presidente do TRE-MA, desembargador Joaquim Figueiredo.

O desembargador Ronaldo Maciel disse que, com a eleição do desembargador José Luiz Almeida, ganhou hoje o Tribunal de Justiça, porque mandou mensagem para a sociedade continuar o trabalho de eficiência e excelência feito pelos eminentes desembargadores Joaquim Figueiredo e Ângela Salazar. "Ganha o TRE e ganha a sociedade, que tem um desembargador de sua estirpe. Foi uma eleição harmônica, tranquila. Que Deus lhe abençoe, lhe ilumine e lhe guarde nessa nova função", finalizou o desembargador.

O desembargador José Luiz Almeida agradeceu a todos os desembargadores pela indicação de seu nome praticamente à unanimidade. Ele afirmou que recebe a função não como bônus, mas sim com o ônus e responsabilidade próprios da atividade, fazendo todo possível para não decepcionar e honrar a confiança. "Vossa Excelência terá em mim um companheiro de luta, vamos somar juntos e enfrentar uma eleição dificílima, estarei ao seu lado para dar todo apoio, com o compromisso de sempre trabalhar pela Justiça do Maranhão", dirigiu-se à desembargadora Ângela Salazar.

"Agradeço pela oportunidade, que nunca imaginei nos meus maiores sonhos, a jornada não se encerra aqui, é como se estivesse começando, e todos terão no meu gabinete um ambiente de aconchego e solidariedade – ocupado momentaneamente por um homem que deixa o coração pulsar", concluiu.